

Montepio Taxa Fixa

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa

RELATÓRIO E CONTAS

2019

1. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

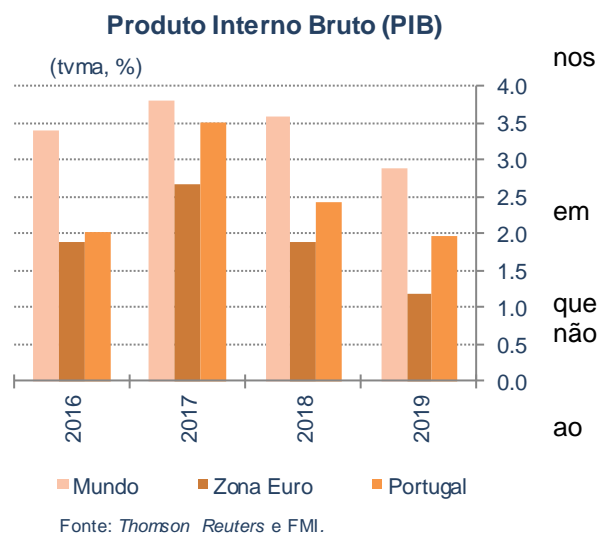
ECONOMIA

No World Economic Outlook (WEO) de outubro de 2019, o FMI descreveu a **economia mundial** como estando numa desaceleração sincronizada, com riscos crescentes de queda que poderiam prejudicar, ainda mais, o crescimento. Entretanto, na atualização do WEO realizada já em janeiro deste ano, o FMI veio referir que, desde então, alguns riscos retrocederam, parcialmente, com o anúncio da Fase I [assinada no dia 15 de janeiro] do acordo comercial EUA-China e a menor probabilidade de um *Brexit* sem acordo. A política monetária continuou a apoiar o crescimento e as condições financeiras permaneceram favoráveis. Com esses desenvolvimentos, agora existem sinais de que o crescimento global pode estar a estabilizar, embora em níveis moderados. O FMI projeta agora que o crescimento global aumente modestamente de 2,9% em 2019 para 3,3% em 2020 e 3,4% em 2021. A leve revisão em baixa de 0,1 p.p. em 2019 e 2020 e de 0,2 p.p. para 2021, deve-se, em grande parte, às revisões em baixa efetuadas para o crescimento da Índia. A recuperação projetada para o crescimento global permanece incerta. O FMI continua a contar com recuperações das economias emergentes sob maior *stress* e com fraco desempenho nos últimos anos, à medida que o crescimento nas economias avançadas estabiliza próximo dos níveis atuais.

Nas economias avançadas, segundo o FMI, o crescimento deve desacelerar levemente de 1,7% em 2019 para 1,6% em 2020 e 2021. As economias dependentes das exportações, como a Alemanha, devem beneficiar das melhorias na procura externa, enquanto o crescimento EUA deve desacelerar à medida que o estímulo fiscal desaparece. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, o FMI prevê uma aceleração do crescimento do PIB de 3,7% em 2019 para 4,4% em 2020 e 4,6% em 2021, uma revisão em baixa de 0,2 p.p. todos os anos. Esta revisão reflete, em grande medida, a revisão em baixa da projeção para a Índia, onde a procura interna desacelerou mais acentuadamente do o esperado, num contexto de *stress* no setor financeiro bancário e devido ao abrandamento do crédito.

A **economia da Zona Euro** prosseguiu a recuperação longo de 2019, observando-se, no entanto (de acordo com os dados ajustados de sazonalidade e de dias úteis pelo Eurostat), um crescimento médio anual do PIB de 1,2%, inferior ao observado no ano anterior (+1,9%), num ano marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB inferiores ao observado no passado recente, de apenas 0,3% e de 0,1% nos dois últimos trimestres do ano, depois de ter crescido 0,2% no 2.º trimestre e 0,4% no 1.º trimestre. Ao longo do ano de 2019, o Banco Central Europeu (BCE) manteve uma política monetária expansionista, não alterando as suas taxas de referência: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – nos 0,00%, mas desceu a taxa de depósitos, de -0,40% para -0,50% e retomou o programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP II), com o ritmo médio de compras mensais de ativos a ser fixado nos 20 mM€, mas sem data de termo, ao contrário dos anteriores programas.

A **nível nacional**, após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015 e 2,0% em 2016 e acelerado fortemente no ano de 2017, para 3,5% (o maior ritmo de crescimento desde 2000: +3,8%), mas tendo desacelerado em 2018, com o PIB a crescer 2,4%, e novamente em 2019, para um crescimento de 2,0%. A contribuir para a desaceleração em 2019 deverá ter estado o menor contributo tanto da procura interna (Montepio estima um contributo de +3,1 p.p. em 2019, depois do contributo de +3,2 p.p. em 2018), como das exportações líquidas (-1,1 p.p. em 2019, depois do contributo de -0,8 p.p. em 2018). Para 2020, perspectiva-se um novo crescimento da atividade económica de 1,8%, em desaceleração face aos 2,0% estimados para 2019, tratando-se de um valor ligeiramente abaixo do previsto pelo Governo (+1,9% no OE 2020), um pouco acima do previsto pelo BdP (+1,7%), em linha com o previsto pela OCDE (+1,8%), mas um pouco acima dos valores previstos pelo FMI (+1,6%) e pela Comissão Europeia (+1,7%). O



processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2019, dando continuidade a um ano de 2018 positivo, que tinha sido precedido por um forte agravamento em 2017, que resultou, essencialmente do impacto da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Em 2019, no OE 2020, o Governo estimava que o défice deverá ter caído para 0,1% do PIB (-0,4% em 2018), representando o défice mais baixo de toda a história democrática de Portugal, dado que o anterior défice mais baixo se verificou, de acordo com séries anuais mais longas, em 1974 (-1,0% do PIB). No mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 7,0% em 2018 para 6,5% em 2019, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%). A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 0,3% em 2019, menos 0,7 p.p. que o apurado para 2018 (+1,0%, depois de +1,4% em 2017), ao passo que a inflação *core* abrandou para 0,5% em 2019 (+0,7% em 2018 e +1,1% em 2017).

O ano de 2019 contou com uma evolução positiva do sentimento nos **mercados financeiros**, devido ao comportamento muito favorável, nomeadamente ao nível do mercado acionista. Observaram-se movimentos muito positivos nos principais índices de ações, nos EUA, onde se registaram valorizações expressivas no Dow Jones (+22,3%), no S&P 500 (+28,9%) e no Nasdaq (+35,2%), tendo todos os índices atingido máximos históricos perto do final do ano. Na Europa, o Eurostoxx 50 avançou também fortemente (+24,8%), mais do dobro do que se observou no FTSE 100 do Reino Unido (+12,1%) e no português PSI-20 (+10,2%). Na Ásia, o japonês Nikkei 225 subiu 18,2% e o chinês Shanghai Composite avançou 22,3%. O índice MSCI para os mercados emergentes subiu 15,4%, contribuindo para o ainda mais forte impulso do MSCI mundial (+24,1%). As taxas de rendibilidade da dívida alemã subiram marginalmente no curto prazo (dois anos), mas desceram no longo prazo (10 anos), ficando mais negativas, enquanto, nos EUA, desceram nos dois casos. Os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã estreitaram e os *spreads* do mercado de crédito *corporate* (*Credit Default Swaps*) revelaram comportamentos igualmente favoráveis. As taxas de rendibilidade da dívida portuguesa a 10 anos desceram de 1,722%, no final de 2018, para 0,442%, no final de 2019, tendo registado, em 15 de agosto (0,071%), níveis mínimos históricos. As taxas *Euribor* desceram ligeiramente em 2019, tendo registado mínimos históricos em 3 de setembro (*Euribor* a 3 meses, com -0,448%, e *Euribor* a 6 meses, com -0,448%) e em 21 de agosto (*Euribor* a 12 meses, com -0,399%), refletindo a política monetária altamente expansionista seguida pelo BCE. As *Libor* do dólar também desceram em todos os prazos, mais acentuadamente, como consequência das três descidas consecutivas do *target* para os *fed funds* realizadas em 2019, com os mercados a esperarem uma pausa, pelo menos até ao final de 2020, em linha com as declarações de Powell nesse sentido. Nas *commodities*, assistiu-se a fortes subidas dos índices compósitos, refletindo essencialmente a subida dos preços do petróleo.

O sentimento dos mercados financeiros foi suportado: *i*) pela rápida resposta dos principais bancos centrais ao abrandamento global; *ii*) pelos sinais de que o abrandamento internacional irá ser combatido não só com a política monetária, mas também com a política orçamental; *iii*) pelos desenvolvimentos favoráveis ao nível da guerra comercial a partir do segundo semestre, que se consubstanciaram na celebração de um acordo entre os EUA e a China, cuja “Fase um” foi assinada já em 15 de janeiro; *iv*) pela maioria absoluta conquistada pelo Partido Conservador nas eleições legislativas britânicas, que provocou uma diminuição da incerteza em torno do *Brexit*; *v*) pelo tranquilo início de mandato de Christine Lagarde no cargo de Presidente do BCE; *vi*) pela manutenção do clima favorável nas relações entre os EUA e a Coreia do Norte; *vii*) pelas perspetivas orçamentais de Itália, que com a queda do anterior Governo deixou de estar na mira dos investidores; *viii*) pela mudança de governo na Grécia, suportando uma evolução muito favorável dos *spreads* da dívida do país. Todavia, foi prejudicado pela materialização dos riscos de abrandamento anteriormente sinalizados para 2019, em relação a algumas das principais economias mundiais, como corolário: *i*) da guerra comercial global instalada; *ii*) dos riscos geopolíticos presentes em várias geografias (v.g. tensões na Síria; Turquia; relações EUA/Irão, tensão Rússia/Ocidente; instabilidade na Catalunha; arrastar do processo do *Brexit*); *iii*) da turbulência nos mercados emergentes, com destaque para as crises na Turquia e na Argentina.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2020

Em janeiro, o FMI considerou que os riscos para a economia global permanecem enviesados descendentemente, apesar das notícias positivas sobre o comércio e das preocupações cada vez menores de um *Brexit* sem acordo. No entanto, podem surgir novas tensões comerciais entre os EUA e a União Europeia e as tensões comerciais EUA-China podem recrudescer. Tais eventos, juntamente com o aumento dos riscos geopolíticos e a intensificação da agitação social, podem reverter as condições fáceis de financiamento, expor vulnerabilidades financeiras e interromper, gravemente, o crescimento. O FMI realçou que, mesmo que os riscos negativos pareçam um pouco menos salientes do que em 2019, o espaço político de resposta também é mais limitado. Nesse sentido, o Fundo considera essencial que os responsáveis pela política económica não

causem danos nas perspetivas dos agentes económicos e reduzam, ainda mais, a incerteza política, tanto nacional, quanto internacional. Isso ajudará a recuperar o investimento, que permanece fraco. O FMI sugere que a política monetária permaneça acomodaticia onde a inflação ainda é baixa. Com a expectativa de que as taxas de juros permaneçam baixas por muito tempo, as ferramentas macro prudenciais devem ser usadas de forma proactiva para evitar a acumulação de riscos financeiros. Dadas as taxas de juros historicamente baixas, juntamente com o fraco crescimento da produtividade, os países com folga orçamental devem investir em capital humano e infraestruturas amigas do ambiente para aumentar o produto potencial. As economias com níveis insustentáveis de dívida precisarão de consolidar as finanças públicas, inclusive por meio de uma mobilização efetiva da receita. O FMI considera que os países precisam cooperar em várias frentes para aumentar o crescimento e difundir a prosperidade, referindo ser necessário reverter as barreiras protecionistas ao comércio e resolver o impasse sobre o tribunal de apelação da Organização Mundial do Comércio. De realçar ainda o facto de o Fundo ter referido que os países devem adotar estratégias para limitar o aquecimento global e as graves consequências de desastres naturais relacionados com o clima.

Para a economia portuguesa, internamente, os principais desafios prendem-se com: (i) a situação ainda débil do sistema bancário, pese embora a forte redução dos NPL (1,7 mME no 3.º trimestre de 2019); ii) a permanência de alguns riscos políticos, uma vez que o Governo é minoritário, num contexto em que o país continua comprometido com os objetivos de consolidação das finanças públicas exigidos por Bruxelas para o médio prazo, políticas que não têm o apoio dos partidos mais à esquerda que apoiaram o Governo na anterior legislatura, mas que agora não têm qualquer acordo formal nesse sentido. Do lado positivo, a recuperação do mercado de trabalho poderá continuar a superar as expectativas, suportando maiores crescimentos da procura interna. Paralelamente, apesar do processo continuado de desalavancagem do setor privado não financeiro nos últimos anos, este encontra-se ainda muito endividado, pelo que o esforço de diminuição do nível de dívida terá que prosseguir, de modo a permitir que os principais agentes económicos, famílias e empresas não-financeiras, sejam capazes de continuar a fazer face ao serviço da dívida. Caso o processo de desalavancagem não prossiga, o risco de acréscimo do incumprimento de crédito poderá aumentar, com impacto negativo sobre a qualidade dos ativos dos bancos, em especial num contexto de futura subida das taxas de juro.

Externamente, a economia continua vulnerável à evolução da procura mundial, que, como cenário central, deverá continuar a subir, mas que também se encontra envolta em riscos. Os riscos ascendentes são sobretudo decorrentes: i) do baixo preço do petróleo [o preço médio de 2020 deverá ficar abaixo do observado em 2019, a avaliar pelos futuros do *brent*], que deverá continuar a favorecer os termos de troca; ii) da possibilidade de a economia mundial poder crescer mais do que o antecipado. Do lado negativo há que destacar: i) a incerteza política na Zona Euro (nomeadamente, o suporte parlamentar aos governos de Espanha e Alemanha); ii) a possibilidade de um recrudescimento das tensões nos mercados financeiros, tornando o enquadramento internacional menos favorável do que o considerado nas projeções e impactando negativamente nas condições de financiamento da economia portuguesa; iii) uma apreciação demasiado rápida do euro que poderá condicionar a competitividade da economia; iv) os efeitos de futuras alterações da política monetária do BCE nas *yields* da dívida portuguesa; v) o protecionismo a nível global (que após a celebração da fase um do acordo entre os EUA e a China tem vindo a desanuviar); vi) o elevado risco geopolítico: a) incerteza sobre a situação da Catalunha; b) incerteza do Brexit (ainda que tenha vindo a diminuir); c) incerteza relativamente à política económica e comercial que tem vindo a ser levada pelo Presidente dos EUA; d) incerteza geopolítica no Médio Oriente (v.g. EUA e Irão e Síria), no Extremo Oriente (v.g. Coreia do Norte, pese embora a realização da cimeira de Singapura entre este país e os EUA) e no Leste da Europa (Rússia/Ucrânia) e nas relações EUA/Rússia, EUA/Turquia, EUA/Arábia Saudita e EUA/Irão.

2. Política de Investimentos

O património do Fundo é constituído, maioritariamente, por Obrigações e complementarmente por Numerário, Depósitos Bancários, Papel Comercial. O Fundo deterá no mínimo 80% do seu valor líquido global investido, diretamente ou indiretamente, em obrigações.

O Fundo investirá mais de 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa fixa (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro). A carteira incluirá ativos de mercados emergentes (cotados em bolsas de valores da União Europeia), cujo valor total será inferior a 15% do valor da carteira. Os emitentes destes ativos serão entidades governamentais e empresas dos sectores público e privado, sendo os ratings mínimos aceite pelo fundo de B (Standard & Poors) e B2 (Moody's). O Fundo não pode deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de fundos de investimento.

O Fundo poderá investir integralmente em valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado Membro da União Europeia, nomeadamente Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia, e da Suíça. Está prevista a utilização de instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos de taxa de juro e cambial e para exposição adicional. No caso do risco cambial será sempre efetuada uma cobertura do risco a 100% e no caso do risco de taxa de juro, a respetiva cobertura revestirá um carácter pontual, podendo ser efetuada até 100% daquele risco

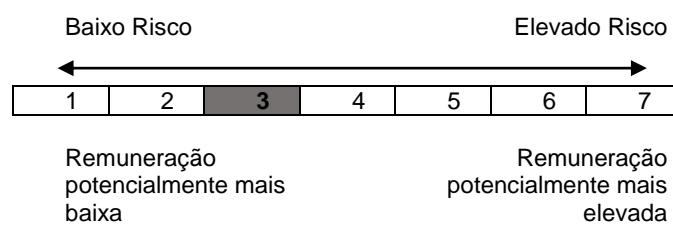
3. Rendibilidade do Fundo

A evolução da rendibilidade e risco do Fundo nos últimos 10 anos civis é a seguinte:

<u>ANO</u>	<u>Rendibilidade</u>
2010	-0.28%
2011	-4.75%
2012	23.82%
2013	4.43%
2014	11.06%
2015	2.88%
2016	0.74%
2017	4.63%
2018	-0.37%
2019	1.46%

As rendibilidades foram calculadas baseadas no último dia de útil de mercado de cada ano.

Perfil de Risco em 2019:



Os dados históricos representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo resulta da variação do valor dos ativos em que o Fundo investe, nomeadamente obrigações, instrumentos de mercado monetário e UP's de Fundos de Investimento.

4. Activos sob gestão, número/valor unitário de unidades de participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de Dezembro de 2019, cerca de 14,35 milhões de Euros.

A composição da carteira do Fundo, no final de 2019, encontra-se discriminada no Anexo 1 deste Relatório.

O número de unidades de participação em circulação, o seu valor unitário e o valor líquido global do Fundo no final de cada um dos últimos 5 anos civis, são os seguintes:

<u>Anos</u>	<u>Valor Líquido global do fundo</u>	<u>Valor da unidade de participação</u>	<u>Nº Up's em circulação</u>
2015	7 050 677,08	95,2952	73 987,7456
2016	6 974 289,27	96,0177	72 635,4797
2017	6 599 364,52	100,4640	65 688,8178
2018	8 756 033,03	100,0935	87 478,5220
2019	14 350 016,06	101,5610	141 294,5244

5. Comissões suportadas pelos participantes do Fundo

Nos últimos três anos não houve qualquer variação nas comissões cobradas aos participantes do Fundo, sendo as mesmas as seguintes:

- Comissão de Subscrição – 0%
- Comissão de Resgate - 1%, se o período de permanência no Fundo for inferior a 6 meses

Nota: Conforme previsto no Prospeto, durante o exercício de 2019, a comissão de resgate foi de 0%

6. Custos e Proveitos do Fundo

Os Custos e Proveitos do Fundo nos últimos três anos civis são os seguintes:

	2017	2018	2019
Proveitos	652 969,38	481 129,99	907 361,98
Custos	354 028,83	514 874,49	814 348,65
Res. Líquido	298 940,55	-33 744,50	93 013,33

Dos quais destacamos os seguintes custos suportados pelo Fundo:

Custos	2017	2018	2019
Comissão de Gestão	55 053,05	66 627,66	93 469,56
Comissão de Depósito	3 336,59	4 038,09	5 664,90
Taxa de supervisão	1 200,00	1 314,08	1 735,53
Custos de auditoria	1 697,40	1 697,40	1 697,40
Comissão de carteira de títulos	126,49	684,85	1 019,43

Lisboa, 1 de abril de 2020

Fundo de Investimento : Montepio Taxa Fixa
Composição da Carteira em 2019-12-31

Designação	Quantidade	Preço Unit.	Mda	Preço Unit. (EUR)	Juro Corrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A. COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA CARTEIRA DE APLICAÇÕES DOS FUNDOS INVEST. MOBILIÁRIO						
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.3 - MERC COT. OFIC. B.V. ESTADOS MEMBROS UE					43 976	11 986 070
1.3.1 - Títulos de Dívida Pública						
PGB 5.65% 15/02/24	351 300	123.84%	EUR	123.84%	17 401	452 444
PGB 2.875% 21/07/26	20 000	117.57%	EUR	117.57%	258	23 772
IRISH 3.4% 18/03/24	113 000	115.74%	EUR	115.74%	3 034	133 824
FRTR 0.25% 25/11/26	2 211 000	102.82%	EUR	102.82%	559	2 273 931
BTPS 1.75% 01/7/2024	1 590 000	105.31%	EUR	105.31%	13 913	1 688 405
BGB 1% 22/06/2026	604 400	107.66%	EUR	107.66%	3 187	653 890
BGB 0.90% 22/06/2029	31 700	107.66%	EUR	107.66%	150	34 280
OBL 0% 18/10/2024	1 254 900	102.29%	EUR	102.29%		1 283 675
RAGB 0.75% 20/10/26	361 000	106.46%	EUR	106.46%	540	384 875
RAGB 0.5% 20/02/2029	19 000	104.40%	EUR	104.40%	86	19 922
SPGB 0.25% 30/07/24	2 978 000	101.53%	EUR	101.53%	3 153	3 026 776
BTPS 2.20% 01/06/27	664 000	108.11%	EUR	108.11%	1 237	719 088
FRTR 0 25/03/2023	1 198 000	101.73%	EUR	101.73%		1 218 689
IRISH 1.1% 15/5/2029	66 000	109.15%	EUR	109.15%	458	72 498
						11 986 070
						11 986 070
7 - LIQUIDEZ						
7.1 - À VISTA						2 077 899
7.1.2 - Depósitos à ordem						
DO MG 0.0500%			EUR		102	2 077 899
						2 077 899
7.2 - A PRAZO					55	300 055
7.2.1 - Depósitos com pré aviso e a prazo						
DP DP CEMG 0,20%28Nov20 0.2000% 2019-11-29 a 2020-11-28			EUR		55	300 055
						2 377 954
9 - OUTROS VALORES A REGULARIZAR						
9.2 - VALORES PASSIVOS						-14 008
						-14 008
B. VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO FUNDO						14 350 016
D. NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO					141 294.52	

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							PASSIVO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Período N				Per. N -1 Líquido	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido				N	N-1
	CARTEIRA DE TÍTULOS						CAPITAL DO OIC			
21	OBRIGAÇÕES	11 996 546,15	0,00	54 451,90	11 942 094,25	7 237 228,49	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	7 047 741,16	4 363 410,28
22	AÇÕES						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	3 937 391,78	1 120 752,96
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	3 271 869,79	3 305 614,29
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	263 422,92	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93 013,33	-33 744,50
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	11 996 546,15	0,00	54 451,90	11 942 094,25	7 500 651,41		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	14 350 016,06	8 756 033,03
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0,00	6,02
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	6,02
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	12 211,26	1 328,75
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	1 796,86	1 102,43
12	DEPÓSITOS À ORDEM	2 077 797,41			2 077 797,41	626 270,59	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	300 000,00			300 000,00	500 000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	14 008,12	2 431,18
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	2 377 797,41			2 377 797,41	1 126 270,59	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	44 132,52			44 132,52	131 548,23	59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
52	DESPEAS COM CUSTO DIFERIDO							TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	14 364 024,18	8 758 470,23
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS									
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	44 132,52			44 132,52	131 548,23				
	TOTAL DO ATIVO	14 418 476,08	0,00	54 451,90	14 364 024,18	8 758 470,23				
Total do Número de Unidades de Participação					141 294,5244	87 478,5220	Valor Unitário da Unidade de Participação		101,5610	100,0935

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Período		PROVEITOS E GANHOS		Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	N	N-1	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	N	N-1
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	135 988,31	33 154,56	812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	373 053,47	205 143,14
711+714+717+718	De Operações Correntes	3,59	1,10	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	1 830,09	3 636,08
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 019,43	684,85	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	2 508,90	1 531,22
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	100 869,99	71 979,83	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	529 969,52	270 453,14
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	565 015,22	403 644,23	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais		
739	De Operações Extrapatrimoniais				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	9 754,71	3 712,52				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	0,00	366,41
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	1 697,40	1 697,40				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	814 348,65	514 874,49		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	907 361,98	481 129,99
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores incobráveis				Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas extraordinárias			881	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos de Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			883	Outros Ganhos Eventuais		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00	884...888	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0,00	0,00
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	93 013,33		66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		33 744,50
	TOTAL	907 361,98	514 874,49		TOTAL	907 361,98	514 874,49
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	203 508,93	39 643,86	D-C	Resultados Eventuais	0,00	0,00
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0,00	0,00	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	102 768,04	-30 031,98
B-A	Resultados Correntes	93 013,33	-33 744,50	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	93 013,33	-33 744,50

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período		Período	
	De 2019-01-01 a 2019-12-31		De 2018-01-01 a 2018-12-31	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS				
Subscrição de unidades de participação	8 269 725,89		4 105 360,01	
Comissão de resgate	0,00		366,41	
		8 269 725,89		4 105 726,42
PAGAMENTOS				
Resgates de unidades de participação	2 768 756,19		1 914 947,00	
		2 768 756,19		1 914 947,00
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		5 500 969,70		2 190 779,42
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS				
Venda de títulos e outros ativos	18 662 486,00		2 391 163,46	
Reembolso de Títulos e outros ativos	800 000,00		700 000,00	
Rendim. Tit.e Out.Act	2 508,90		1 531,22	
Juros e proveitos similares recebidos	459 987,81		182 811,55	
Outros Receb. Carteira títulos	0,10		0,19	
		19 924 982,81		3 275 506,42
PAGAMENTOS				
Compra de títulos e outros ativos	23 738 974,54		5 509 557,23	
Juros e custos similares pagos	135 988,31		33 154,56	
Comissão de corretagem	739,76		379,28	
Outras taxas e comissões	279,76		305,76	
		23 875 982,37		5 543 396,83
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-3 950 999,56		-2 267 890,41
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS				
Operações Cambiais		0,00		0,00
PAGAMENTOS				
Operações Cambiais				
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas		0,00		0,00
Fluxo das operações a prazo e de Divisas		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS				
Juros de Depósitos Bancários	2 311,46		3 855,04	
Outros rec. Op. Correntes		2 311,46		3 855,04
PAGAMENTOS				
Comissão de Gestão	86 657,47		71 262,08	
Juros Disp. / Emprést.	3,59		1,10	
Comissão de Depósito	5 626,12		3 943,99	
Impostos e taxas	6 770,20		4 955,18	
Outros pag. Operações correntes	1 697,40		1 697,40	
		100 754,78		81 859,75
Fluxo das operações de Gestão Corrente		-98 443,32		-78 004,71
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período		1 451 526,82		-155 115,70
Disponibilidades no Início do Período		626 270,59		781 386,29
Disponibilidades no Fim do Período		2 077 797,41		626 270,59

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Montepio Taxa Fixa (Fundo), iniciou a sua actividade em 1 de Novembro de 1997. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objectivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações de médio e longo prazo. De salientar que no dia 28 de Novembro de 2011 o Fundo FiniFundo Taxa Fixa foi integrado por fusão no Fundo Montepio Taxa Fixa.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 500,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2019 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(Valores em €)						
	Saldo em 31-12-2018	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 31-12-2019
Valor base	4 363 410,28	4 041 648,24	1 357 317,36				7 047 741,16
Diferença p/ Valor Base	1 120 752,96	4 228 077,65	1 411 438,83				3 937 391,78
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	3 305 614,29				(33 744,50)		3 271 869,79
Resultados do período	(33 744,50)				33 744,50	93 013,33	93 013,33
	<u>8 756 033,03</u>	<u>8 269 725,89</u>	<u>2 768 756,19</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>93 013,33</u>	<u>14 350 016,06</u>
Nº unidades de participação	<u>87 478,5220</u>	<u>81 027,7743</u>	<u>27 211,7719</u>				<u>141 294,5244</u>
Valor da unidade de participação	<u>100,0935</u>	<u>102,0604</u>	<u>101,7485</u>				<u>101,5610</u>

Nota 1 – Quadro 2

O número de participantes por escalões em 31 de Dezembro de 2019 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão

Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	2
2% ≤ Ups < 5%	1
0,5% ≤ Ups < 2%	28
Ups < 0,5%	1042

Nota 1 - Quadro 3

A evolução trimestral do valor do Fundo e do valor da unidade de participação nos exercícios de 2017 a 2019 foram as seguintes:

Ano	Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
2019	março	9 634 471,76	101,0428	95 350,3637
	junho	10 454 379,47	102,1833	102 310,0999
	setembro	14 056 514,29	102,6146	136 983,5286
	dezembro	14 350 016,06	101,5610	141 294,5244
2018	março	7 294 201,65	100,8740	72 310,0532
	junho	8 458 251,12	100,0369	84 551,3099
	setembro	9 026 673,19	99,5506	90 674,2419
	dezembro	8 756 033,03	100,0935	87 478,5220
2017	março	6 673 404,27	96,3029	69 296,0038
	junho	6 594 360,92	98,4220	67 000,8641
	setembro	6 584 890,68	99,5619	66 138,6472
	dezembro	6 599 364,55	100,4640	65 688,8178

Nota 2 - Quadro 1

No exercício de 2019, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1) €		Vendas (2) €		Total (1)+(2) €	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	0,00	23 044 935,00	0,00	17 515 061,94	0,00	40 559 996,94
Fundos Públicos e Equiparados	0,00	0,00	0,00	111 903,84	0,00	111 903,84
Obrigações Diversas	0,00	0,00	0,00	753 235,02	0,00	753 235,02
Unidades de Participação	230 027,85	0,00	500 531,13	0,00	730 558,98	0,00

Nota 2 - Quadro 2

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, foram cobradas para o Fundo as seguintes comissões de subscrição e resgate:

	<u>Valor €</u>	<u>Comissões Cobradas em €</u>
Subscrições	8 269 725,89	Isento
Resgates	2 768 756,19	Isento

Nota: Conforme previsto no Prospeto, durante o exercício de 2019, a comissão de resgate foi de 0%

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 31 de dezembro de 2019

Montepio Taxa Fixa						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.3 - Merc Cot. Ofic. B.V. Estados Membros UE						
1.3.1 - Títulos de Dívida Pública						
PGB 5.65% 15/02/24	445 106		-10 063.34	435 042.89	17 401.38	452 444.27
PGB 2.875% 21/07/26	23 642		-127.60	23 514.40	257.65	23 772.05
IRISH 3.4% 18/03/24	132 053		-1 262.14	130 790.72	3 033.71	133 824.43
FRTR 0.25% 25/11/26	2 282 725		-9 352.53	2 273 372.31	558.79	2 273 931.10
BTIPS 1.75% 01/7/2024	1 681 759		-7 266.30	1 674 492.60	13 912.50	1 688 405.10
BGB 1% 22/06/2026	654 553		-3 850.03	650 703.08	3 187.14	653 890.22
BGB 0.90% 22/06/2029	34 474		-344.26	34 129.49	150.45	34 279.94
OBL 0% 18/10/2024	1 288 475		-4 799.99	1 283 674.86		1 283 674.86
RAGB 0.75% 20/10/26	386 649		-2 314.01	384 335.04	540.02	384 875.06
RAGB 0.5% 20/02/2029	20 012		-175.18	19 836.38	85.89	19 922.27
SPGB 0.25% 30/07/24	3 029 490		-5 866.66	3 023 622.96	3 152.94	3 026 775.90
BTIPS 2.20% 01/06/27	725 188		-7 337.20	717 850.40	1 237.29	719 087.69
FRTR 0 25/03/2023	1 220 163		-1 473.54	1 218 689.46		1 218 689.46
IRISH 1.1% 15/5/2029	72 259		-219.12	72 039.66	458.21	72 497.87
Sub-Total:	11 996 546	0.00	-54 451.90	11 942 094.25	43 975.97	11 986 070.22
Total	11 996 546	0.00	-54 451.90	11 942 094.25	43 975.97	11 986 070.22

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício de 2019 foi o seguinte:

(Valores em €)

CONTAS	SALDO 31-12-2018	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 31-12-2019
Caixa				
Depósitos à ordem	626 270,59			2 077 797,41
Depósitos a prazo e com pré-aviso	500 000,00	600 000,00	800 000,00	300 000,00
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	1 126 270,59	600 000,00	800 000,00	2 377 797,41

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1 Obrigações

O critério adoptado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, excepto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos activos cotados, o critério de valorização adoptado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

Critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes factores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para actualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.2 Outros valores representativos de dívida

O critério adotado para a valorização de outros instrumentos de dívida (bilhetes do tesouro, papel comercial, entre outras.) é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de preços de mercado, a Sociedade Gestora valorizará aqueles instrumentos com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

1.2.3 Instrumentos financeiros derivados

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados:

- para os *forwards* cambiais, será utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.
- para os *swaps* de taxas de juro, será utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando a estrutura da curva de taxas de juro, actualizando os *cash flows* às taxas actuais de mercado.

Em ambos os casos, a avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,825% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo. %

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 5 – Os resultados obtidos pelo Fundo no exercício de 2019 apresentaram a seguinte composição:

Natureza	Proveitos e ganhos (Valores em €)						
	Ganhos de capital			Ganhos com carácter de juro			
	Mais valias		Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos	Rendimento de títulos	Soma
	Potenciais	Efetivas					
<u>Operações à vista</u>							
Obrigações	337 289,64	174 044,23	511 333,87	329 077,50	43 975,97		373 053,47
Unidades de Participação	18 635,65	0,00	18 635,65			2 508,90	2 508,90
Instr. Dívida c/Prazo							
Depósitos				1 673,54	156,55		1 830,09
<u>Operações a prazo</u>							
Cambiais							
Forwards							

Natureza	Custos e perdas (Valores em €)					
	Perdas de capital			Juros e comissões suportados		
	Menos valias		Soma	Juros Vencidos e comissões	Juros Corridos	Soma
	Potenciais	Efetivas				
<u>Operações à vista</u>						
Obrigações	418 678,50	134 781,43	553 459,93	135 988,31		135 988,31
Unidades de Participação	5 105,91	6 449,38	11 555,29			
Instr. Dívida c/Prazo						
Depósitos				3,59		3,59
<u>Operações a prazo</u>						
Cambiais						
Forwards						
<u>Comissões</u>						
De gestão				93 469,56		93 469,56
De depósito				5 664,90		5 664,90
Da carteira títulos				1 019,43		1 019,43
Taxa de supervisão				1 735,53		1 735,53

Nota 7 – O desdobramento das contas de provisões acumuladas no exercício de 2019, apresentam a seguinte composição:

(Valores em €)				
CONTAS	SALDO 31-12-2018	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 31-12-2019
481 - Provisões para encargos - Para impostos a pagar	6,03	0,00	6,03	0,00

Em 2019 apurou-se um valor de 6,03 euros, de imposto de valias, a pagar em Maio de 2020.

Nota 9 – Impostos e taxas

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos Fundos de investimento mobiliário são tributados de acordo com o seguinte detalhe:

No exercício de 2019, os montantes registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador de tributação:

IRC - Lucro Tributável	0,00
Imposto de selo	<u>9 754,71</u>
	<u>9 754,71</u>

- Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”)

O Fundo é tributado, à taxa geral de IRC (21%), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

- Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%

Nota 12 - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de Dezembro de 2019, os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

<u>Maturidade</u>	<u>Valor da Carteira €</u>
De 3 a 5 anos	7 766 313,49
De 5 a 7 anos	3 331 924,83
mais de 7 anos	843 855,93
	<u>11 942 094,25</u>

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO EM DEZEMBRO DE 2019

Os diversos custos imputados ao Fundo em 31 de Dezembro de 2019 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 2019	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	97 208.38	0.86%
Componente Fixa	97 208.38	0.86%
Componente Variável	0.00	0.00%
Comissão de Depósito	5 891.56	0.05%
Taxa de supervisão	1 735.53	0.02%
Custos de auditoria	1 697.40	0.01%
Total	106 532.87	0.94%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0.94%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 16 – COVID-19 – Impactos no OIC

No final de 2019 um novo vírus, designado por COVID-19, surgiu na China. Inicialmente confinado a este país, atingiu em 2020 todos os continentes, sendo já considerado uma pandemia. Esta situação está a originar alterações relevantes na vida em sociedade como a conhecemos com impacto significativo na economia, o que poderá levar à instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros com impacto significativo no Fundo. Embora na presente data não seja possível apurar todos os efeitos desta situação, estão a ser tomadas as medidas de minimização dos riscos tendo presente a natureza do Fundo. Neste contexto, é convicção do Conselho de Administração da Entidade Gestora que estas circunstâncias excepcionais não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Taxa Fixa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela sociedade gestora Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 14 364 024 euros e um total de capital do fundo de 14 350 016 euros, incluindo um resultado líquido de 93 013 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Taxa Fixa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Entidade Gestora considera que, relativamente à pandemia COVID-19, estão a ser tomadas as medidas de minimização dos riscos tendo presente a natureza do Fundo, embora na presente data não seja possível apurar todos os efeitos desta situação. Neste contexto, é convicção do Conselho de Administração da Entidade Gestora que estas circunstâncias excepcionais não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 83% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira ou, no caso de títulos não cotados, por métodos de avaliação alternativos, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no exercício. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.	Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Principais procedimentos de auditoria efetuados: (i) Análise dos procedimentos de monitorização do do cumprimento das regras e limites legais e regulamentares e do cumprimento das políticas de investimento estabelecidas no Regulamento de Gestão do Fundo. (ii) Recálculo dos limites legais e regulamentares; (iii) Verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento, incluindo a análise das correspondentes comunicações com a CMVM.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da

capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2014 e 2015 e para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de abril de 2020.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2020



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)